

IDEPPLAN – Instituto de Desenvolvimento Pesquisa e Planejamento de Apucarana Superintendência de Licitações			
Processo Administrativo	75607/2025	Chamamento Público	001/2025
Disponibilidade do Edital	09/12/2025		
Objeto	Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços técnicos de arquitetura e/ou engenharia.		
Órgão	IDEPPLAN – UASG 928301		

Índice:

- 1.0 Do objeto;
- 2.0 Da impugnação ao edital e pedido de esclarecimento;
- 3.0 Das condições de participação;
- 4.0 Dos documentos de habilitação;
- 5.0 Do critério e da seleção dos prestadores;
- 6.0 Do recurso;
- 7.0 Da homologação;
- 8.0 Da assinatura do Termo de Credenciamento;
- 9.0 Da execução do objeto;
- 10.0 Da propriedade Intelectual, Responsabilidade Técnica e Direitos Autorais
- 11.0 Da vigência;
- 12.0 Do valor;
- 13.0 Das condições de liquidação e pagamento;
- 14.0 Adequação orçamentária;
- 15.0 Da Fiscalização;
- 16.0 Das sanções;
- 17.0 Do descredenciamento;
- 18.0 Disposições finais.

INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS
Quanto à licitação: licitacao.pma@apucarana.pr.gov.br / Quanto à parte técnica: iddeplan@apucarana.pr.com.br

O Instituto de Desenvolvimento Pesquisa e Planejamento de Apucarana – IDEPPLAN, inscrito no CNPJ sob nº **07.532.816/0001-05**, sediado no Centro Cívico José Oliveira Rosa, 25, Edifício

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25
Rua Professor Erasto Gaertner, 25 | CEP 86800-235
www.apucarana.pr.gov.br | 43 3422-4000

Cidade Alta, neste município, por intermédio dos agentes de contratação e dos pregoeiros, designados pelas Portarias nº **474/2024 de 29 de outubro de 2024 e 73/2025 de 18 de Fevereiro de 2025**, Decreto nº 11.878 de 09 de janeiro de 2024; Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/14; Lei Municipal nº 101/2019; Decreto Municipal nº 936/2023, o qual regulamenta a Lei Federal 14.133/2021, torna pública a realização do **Credenciamento**, conforme as condições e especificações constantes do presente edital, inclusive seus anexos, notadamente o **anexo II**, que veicula o Termo de Referência.

Processo Administrativo		Edital de Chamamento Público
75607/2025		001/2025
Tipo	Credenciamento/Chamamento	
Data inicial para acolhimento das inscrições		
10/12/2025		
Requisitante		
Ofício nº 208/2025 - Instituto de Desenvolvimento Pesquisa e Planejamento de Apucarana – IDEPPLAN.		

1. DO OBJETO:

1.1 Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços técnicos de arquitetura e/ou engenharia, conforme descrito a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QTDE TOTAL DO CHAMAME NTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Projeto Arquitetônico Executivo destinado a áreas públicas em geral, incluindo estudo preliminar, estudo de viabilidade e projeto executivo completo com layout interno e externo.	M²	20.000	R\$28,54	R\$570.800,00
02	Projeto Executivos de Estruturas de Concreto Armado: projeto complementar de edificações, incluso memorial de cálculo com quantitativo estimado,	M²	10.000	R\$11,40	R\$114.000,00



	incluso fundação, pilares, vigas, lajes e demais elementos estruturais				
03	Projeto Executivo de Instalações Hidrossanitárias: projeto complementar de edificações, incluso memorial de cálculo com quantitativo estimado, incluso projeto de água fria, esgoto e água pluvial	M ²	10.000	R\$5,16	R\$51.600,00
04	Projeto executivo de Prevenção Contra Incêndio, Pânico e Desastres: projeto complementar de edificações, incluso toda documentação necessária, e aprovação junto ao Corpo de Bombeiros Militares do Paraná (CBMPPR)	M ²	15.000	R\$5,50	R\$82.500,00
05	Projeto Executivo de Instalação Elétrica de Baixa Tensão: projeto complementar de edificações, incluso memorial de cálculo com quantitativo estimado	M ²	10.000	R\$4,30	R\$43.000,00
06	Projeto executivo de sinalização viária, conforme Normas Detran/PR, DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) e outros departamentos pertinentes.	M ²	100.000	R\$0,48	R\$48.000,00
07	Projeto executivo de pavimentação asfáltica em CBUQ ou TST, Blocos em Concreto, inclusive ensaios tecnológicos de CBR e	M ²	100.000	R\$3,46	R\$346.000,00



	caracterização de solos, dimensionamento, contagem de tráfego.				
08	Projeto executivo de Drenagem (galeria de águas pluviais), com dimensionamento, orçamento e especificações técnicas.	M²	50.000	R\$4,46	R\$223.000,00

2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de por irregularidade na aplicação da lei federal nº 14.133/21 e para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de análise da documentação, através do email: licitacao.pma@apucarana.pr.gov.br.

2.1.1 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.2 Não poderão participar, direta ou indiretamente, deste credenciamento os interessados que:

3.2.1 Mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.2 Exercam outro emprego, cargo ou função pública;

3.2.3 Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da lei 14.133/21;

3.2.4 Que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV, art. 156, da Lei 14.133/21, assim como o Decreto Municipal nº 936/2023, art. 186 §5º;

4. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Todos interessados que não se enquadrem nas vedações do item 3 deste edital, deverão apresentar os seguintes documentos:

4.1 Habilitação jurídica:

4.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.1.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

4.1.3 No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

4.1.4 No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.1.5 Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.2 Qualificação técnica:

4.2.1 Atestado(s) de capacidade técnica que comprovem experiência na execução de serviços compatíveis com o objeto de cada item, a ser comprovado por meio de:

a) Um único projeto ou a soma de projetos, desde que o total seja igual ou superior a 500 m²;

b) Comprovação poderá ser feita por diferentes documentos, como cats, atestados técnicos, portfólios detalhados e declarações do contratante anterior;

4.2.2 A interessada deverá comprovar vínculo com profissionais detentores de certidão de acervo técnico (CAT) que demonstrem experiência na execução de projetos de natureza semelhante ao item;

4.2.3 Apresentar comprovação de registro no CREA/CAU;

4.2.4 Apresentação de Alvará de funcionamento.

4.3 Qualificação econômico financeira:

4.3.1 Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

4.4 Regularidade fiscal e trabalhista:

4.4.1 Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

4.4.2 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

4.4.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

4.4.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

4.4.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

4.5 As inscrições poderão ser efetivadas a partir do segundo dia da disponibilização deste edital e deverão ocorrer **exclusivamente via protocolo** com a juntada dos respectivos documentos de habilitação, **através de sistema eletrônico de protocolo ou presencialmente** no setor de protocolo físico localizado no andar térreo do prédio da Prefeitura Municipal.

4.3.1 O profissional deverá especificar no momento do protocolo da documentação para qual(is) item(ns) pretende se credenciar.

4.3.2 A mesma credenciada poderá executar mais de um projeto simultaneamente, caso esteja habilitada em mais de um item e conforme ordem de classificação na lista.

4.4 A documentação apresentada de forma incompleta, ilegível ou em formato distinto do previsto neste edital e seus anexos será desconsiderada;

5. DO CRITÉRIO E DA SELEÇÃO DOS PRESTADORES

5.1 Nos termos do §3º do art. 208 do Decreto Municipal 936/2023, como não há pretensão de convocação simultânea de todos os credenciados para a execução do serviço, será realizado através de **sorteio** por objeto a ser contratado, de modo que seja distribuída por padrões

estritamente impessoais e aleatórios e que formará uma lista para ordem de chamada para a execução do objeto, observando-se sempre o critério de rotatividade e os seguintes requisitos:

I - Os credenciados serão chamados para executar o objeto de acordo com sua posição na lista a que se refere o §2º do artigo mencionado;

II - O credenciado só será chamado para executar novo objeto após os demais credenciados que já estejam na lista forem chamados;

III - A qualquer tempo um interessado poderá requerer seu credenciamento e, se ocorrer após o primeiro sorteio, será posicionado logo após o último credenciado;

IV – A entidade contratante observará, quando da alocação da demanda, as condições técnicas dos credenciados e do serviço, bem como unidade onde serão executados os trabalhos.

5.2 O sorteio para o credenciamento inicial será realizado no prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis após a data de abertura das inscrições.

5.2.1 O sorteio será realizado em sessão pública, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Apucarana em horário a ser determinado e divulgado oportunamente nos meios oficiais de publicidade do município, bem como Portal da Transparência.

5.2.2 O sorteio será gravado e transmitido em tempo real através de link a ser posteriormente divulgado.

5.3 Após o sorteio simples, será publicada lista preliminar da classificação no prazo de 48h (quarenta e oito horas).

5.4 A **documentação** apresentada será **analisada** pelos fiscais do contrato no prazo de **até 03 (três) dias úteis**, contados da data de publicação da lista preliminar da classificação e em seguida, será publicada lista preliminar de habilitação.

6. DO RECURSO

6.1 Do resultado da habilitação ou inabilitação do credenciamento **caberá recurso no prazo de 03 (três) dias úteis**, contados da sua divulgação.

6.2 As razões recursais deverão ser apresentadas pelos mesmos meios disponíveis para as inscrições, conforme item 4.3 deste edital.

6.2.1 As razões e contrarrazões de recurso deverão conter identificação do recorrente, CPF, endereço, telefone, e-mail.

6.3 Findo o prazo para a interposição de recurso, será publicado no Portal da Transparência e enviado por e-mail o comunicado quanto à interposição ou não de recurso, em caso positivo será iniciada a contagem de prazo para os demais participantes apresentarem contrarrazões de recurso, no mesmo prazo do subitem anterior.

6.4 A administração terá o prazo de 03 (três) dias úteis para análise e resposta dos recursos interpostos, contado a partir do encerramento do prazo para apresentação dos recursos .

6.5 Não serão conhecidos os recursos interpostos após o prazo previsto, nem tampouco aqueles em desacordo com os procedimentos legais.

6.6 O resultado do julgamento dos recursos será comunicado aos interessados por meio de publicação no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência do Município, www.apucarana.pr.gov.br.

7. DA HOMOLOGAÇÃO

7.1 Ultrapassado o prazo de interposição de recursos ou julgados os interpostos, o resultado final será homologado pelo Prefeito do Município de Apucarana.

7.2 A homologação será publicada no Portal da Transparência do Município de Apucarana.

8. ASSINATURA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

8.1 Após a homologação, os credenciados sorteados serão convocados para assinatura do Termo de Credenciamento, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.2 O prazo para assinatura do Termo de Credenciamento poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do credenciado e aceita pelo Instituto de Desenvolvimento Pesquisa e Planejamento de Apucarana – IDEPPLAN e Prefeitura do Município de Apucarana.

8.3 Farão parte do Termo de Credenciamento, independentemente de suas transcrições, as condições estabelecidas neste Edital.

8.4 Em caso de recusa ou impossibilidade do credenciado em assinar o Termo de Credenciamento ou executar o objeto, o IDEPPLAN e Prefeitura do Município de Apucarana adotarão as providências cabíveis à imposição de sanção, bem como convocará os credenciados remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitadores, contratar com a Administração.

8.5 A contratação não gera aos interessados direitos e nem expectativas de direito à efetivação no serviço público municipal, assim como à manutenção do contrato por período superior ao estipulado.

9. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1 Os serviços deverão ser executados conforme a necessidade, ficando a cargo do fiscal do Termo de Credenciamento a comunicação com o credenciado em contato informado no formulário de inscrição.

9.2 Os serviços deverão ser executados nas dependências da empresa credenciada ou em local por ela definido, sendo de sua inteira responsabilidade dispor de todos os equipamentos, materiais e recursos necessários à execução das atividades. Caberá à credenciada, ao final, encaminhar à credenciante os materiais e arquivos produzidos, conforme as especificações e prazos estabelecidos.

9.3 Materiais a serem entregues:

9.3.1 Modelos BIM nos formatos nativos e IFC, garantindo interoperabilidade entre plataformas e compatibilidade interdisciplinar;

9.3.2 Desenhos técnicos em DWG, PDF e arquivo nativo, contendo plantas, cortes, fachadas e detalhamentos necessários;

9.3.3 Memoriais descritivos e quantitativos, extraídos diretamente da modelagem BIM, garantindo confiabilidade nas estimativas orçamentárias;

9.3.4 Relatórios de compatibilização e detecção de interferências, quando aplicável e solicitado pela credenciante;

9.3.5 Todos os projetos deverão atender à norma ABNT NBR 9050, contemplando:

- a) rampas, elevadores e banheiros adaptados;
- b) sinalização tátil e espaços acessíveis;
- c) disposição adequada de portas, corredores, tomadas e interruptores

9.4 O material de entrega, deverá ser enviado para o IDEPPLAN, na Prefeitura Municipal de Apucarana: Rua Professor Erasto Gaertner, nº 25 – Centro, Apucarana/PR.

9.5 A credenciada deverá atender integralmente às normas técnicas da ABNT, legislação municipal, estadual e federal, bem como regulamentos ambientais vigentes.

9.6 Os prazos para conclusão dos projetos descritos, deverão respeitar o seguinte:

Atividade técnica	Prazos por faixa de área do projeto (em dias corridos)			
	Até 200 m ²	De 201 a 600 m ²	De 601 a 1.200 m ²	Acima de 1.200 m ²
Arquitetônico				
Executivo	20	30	60	60
Hidrossanitário	20	30	60	60
Prevenção de Incêndio	60	60	60	120
Elétrica Baixa tensão	20	30	60	60

Projeto Executivo de sinalização viária	20	30	60	60
Estrutural concreto armado	20	30	60	60
Projeto executivo de drenagem	20	30	60	60
Projeto executivo de pavimentação asfáltica	20	30	60	60

9.7 Caso seja verificada insuficiência no prazo estipulado, o credenciado podera formalizar pedido de prorrogação com justificativa plausível, para apreciação e decisão por parte dos responsáveis.

9.8 Após entregues, os projetos passarão por revisão pela equipe técnica do Município de Apucarana, podendo ser solicitado ajustes, correções e/ou alterações conforme necessidade da administração, caso haja diligencias de correção nos projetos, a empresa terá o prazo de 10 dias para fazer as correções, podendo ser solicitado correções por no maximo 2 vezes, sendo vedada a recobrança dos serviços de adequação.

9.9 Caso não seja possível a realização na data assinalada, o credenciado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

10. DA PROPRIEDADE INTELECTUAL, RESPONSABILIDADE TÉCNICA E DIREITOS AUTORAIS

10.1 Todo projeto, estudo, laudo técnico, parecer, memorial ou qualquer outro documento elaborado no âmbito deste credenciamento será de responsabilidade exclusiva do profissional credenciado, que deverá emitir a respectiva anotação de responsabilidade técnica (ART) ou registro de responsabilidade técnica (RRT), conforme seu conselho profissional (CREA ou CAU), assumindo integralmente a autoria e a responsabilidade técnica pelos serviços prestados.

10.2 Os direitos patrimoniais de autor relativos aos produtos técnicos elaborados no âmbito deste termo de credenciamento serão integralmente cedidos à Administração Pública Municipal, de forma total, irrevogável e irretratável, para qualquer forma de utilização atual ou futura, conforme dispõe a Lei nº 9.610/1998.

10.3 É vedada ao profissional credenciado a reutilização, comercialização, reprodução ou exploração econômica dos documentos técnicos elaborados no âmbito deste termo de credenciamento, sem autorização expressa da administração.

10.4 Será permitida, mediante comunicação prévia, a utilização dos projetos ou documentos técnicos para fins acadêmicos, demonstração de portfólio profissional ou comprovação de experiência técnica, desde que sem fins comerciais e sem prejuízo à imagem, à confidencialidade ou ao interesse público da administração.

11. DA VIGÊNCIA

11.1 O prazo de vigência Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que não haja mais credenciados na espera e sejam atendidas as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 936/23.

12. DO VALOR

12.1 O valor máximo do credenciamento para contratação com base nas quantidades estimadas a serem contratados pelo Município de Apucarana é de **R\$ 1.478.900,00 (um milhão quatrocentos e setenta e oito mil e novecentos reais)** conforme detalhado no mapa de preços em anexo ao estudo técnico.

12.2 Os preços praticados têm como fonte uma cesta de valores obtida a partir da análise de contratações similares em outros municípios.

12.3 Estes valores são considerados adequados e condizentes com os preços praticados no mercado, garantindo a efetivação da contratação com qualidade e economicidade para a administração pública.

12.4 O valor da remuneração dos serviços será previamente fixado pela administração, com base em pesquisa e levantamento de preços de mercado, sendo posteriormente formalizado no edital de credenciamento.

13. DAS CONDIÇÕES DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

Do Recebimento da prestação

13.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, ao fim da prestação, juntamente com instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no termo de referência e edital.

13.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive durante a execução, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e neste edital, devendo ser corrigidos de imediato, a contar da notificação do credenciado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.3 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverão ser observados o teor do art. 143 da lei nº 14.133, de 2021.

13.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da Liquidação

13.5 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para fins de liquidação.

13.5.1 Para efeitos de liquidação caberá ao Fiscal Administrativo e ao Gestor da Ata de Registro de Preços, solicitar das empresas:

- **Certidão negativa de débitos de Tributos Federais e a Dívida Ativa União;**
- **Certidão negativa de débitos de Tributos Estaduais e Municipais;**
- **Certidão de regularidade do FGTS;**
- **Certidão negativa de débitos Trabalhistas;**

Todos as Atas que tiverem a necessidade de relatórios, além dos citados, é obrigação da Contratante o arquivamento dos mesmos.

13.6 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.6.1 A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com Decreto Municipal nº 608/2023, o qual está em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de Janeiro de 2012 e alterações posteriores;

13.6.2 A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no citado decreto;

13.6.3 Caso o fornecedor seja imune, isento e/ou possua dispensa através de amparo legal, o mesmo deverá indicar no campo observação da nota fiscal. Na ausência de informação, o Departamento de Contabilidade, juntamente com a Secretaria da Fazenda, procederá a retenção do imposto conforme as alíquotas contidas no Anexo I da citada

Instrução Normativa.

13.7 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

13.8 O pagamento será precedido de consulta aos sistemas que geram as Certidões Negativas, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

13.9 Na hipótese de irregularidade na habilitação, a contratada deverá regularizar a sua situação no prazo de até 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.

13.10 O pagamento efetuado pela Prefeitura do Município de Apucarana não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

13.11 É vedado à contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

13.12 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Prefeitura do Município de Apucarana, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Forma de pagamento

13.13 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.14 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.16 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão

retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrente da contratação dos serviços de que trata o objeto deste termo de referência correrão à conta do orçamento:

MANUTENÇÃO DO IDEPPLAN - 2078			
Sub-elemento - descrição		Vínculo	Referência
3339039050000000000	Serviços técnicos profissionais	001 – Recursos do Tesouro (Descentralizados)	452

15. DA FISCALIZAÇÃO

15.1 A fiscalização do Termo de Credenciamento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2 A fiscalização contratual seguirá o contido no Decreto Municipal nº 936/2023.

15.3 São indicados para fiscalização:

Gestor: Nilton Antonio Fornaciari Junior, CPF nº 057.859.349-14.

Fiscal Administrativo: Thiago Henrique Bernardi, Desenhista, IDEPPLAN, portador do CPF nº 081.160.819-00;

Fiscal Técnico: Hugo Candido Navarro, Desenhista, portador do CPF nº 084.999.299-07.

16. SANÇÕES

16.1 De acordo com o art. 289 do Decreto Municipal 936/2023, os contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos às penalidades descritas no Artigo 156º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quais sejam:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.2 Na aplicação das penalidades devem ser consideradas as circunstâncias previstas no §1º do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assim como no §2º do Art. 289 do Decreto Municipal 936/2023.

16.3 Após 03 (três) notificações administrativas o profissional será automaticamente descredenciado.

17. DO DESCREDECIMENTO

17.1 Nos termos do art. 23 do Decreto Federal nº 11.878/2024, a credenciante poderá realizar o descredenciamento quando houver:

- I – pedido formalizado pelo credenciado;
- II – perda das condições de habilitação de credenciado;
- III – descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e
- IV – sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

§ 1º O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I do **caput** não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

§ 2º Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do **caput**, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

§ 3º Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

§ 4º Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 Todas as condições deste edital serão processadas em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

18.2 Os casos omissos serão resolvidos pelo Departamento de Compras e Licitação em conjunto com o Instituto de Desenvolvimento Pesquisa e Planejamento de Apucarana – IDEPPLAN.

18.3 A inscrição feita pelo interessado significa pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições deste edital e total sujeição à legislação pertinente.

18.4 À Autoridade Competente é facultada a promoção de diligência, destinada a esclarecer/complementar a inscrição ou elucidar impugnações.

18.5 Os inscritos deverão observar os mais altos padrões éticos durante o chamamento, sessões e processos licitatórios, estando sujeitos às sanções previstas no ordenamento jurídico.

18.6 Dos atos praticados e das sessões públicas realizadas, a Administração procederá ao efetivo registro, preferencialmente em Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os autos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estarão disponíveis para consulta no sítio oficial do Município, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

18.7 A participação de interessados não resultará em ônus para o Município de Apucarana. Terá o participante direito, ao final do processo, de receber comprovante de participação expedido pelo Município em que constará a relação das atividades desenvolvidas.

18.8 A homologação do resultado do Chamamento, bem como a realização da sessão pública para análise da documentação, não implicarão a obrigatoriedade de convocação de seus membros para atuação, caso não ocorram licitações ensejadas, tampouco o direito a indenizações de qualquer natureza que visem compensar a disponibilidade espontânea dos inscritos.

18.9 Fica reservado ao Município de Apucarana, a faculdade de cancelar no todo ou em parte, adiar, revogar, ou anular o presente Credenciamento, sem assistir aos interessados direito, a qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação.

18.10 Integram o presente Edital, independente de transcrição, os anexos:

- **Anexo I:** Minuta do Termo de Credenciamento;
- **Anexo II:** Termo de Referência.

Município de Apucarana, 08 de dezembro de 2025.

Rodolfo Mota

Prefeito

Município de Apucarana

MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº XXX/2025	
Processo Administrativo nº 75607/2025	Chamamento Público nº XX/2025
Inexigibilidade nº XX/XXXX	

1. Cláusula Primeira: Das Partes

1.1 Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado, o **Instituto de Desenvolvimento Pesquisa e Planejamento de Apucarana - IDEPPLAN**, pessoa jurídica de direito público interno, sediada no Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25, Apucarana, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 07.532.816/0001-05, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado por seu diretor presidente, Nilton Antonio Fornaciari Junior, brasileiro, residente neste município, portador do cadastro de pessoa física nº CPF nº 057.859.349-14, e cédula de identidade nº xxxxxxx-x, e de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, situada à XXXXXXXXXXXX, CEP XXXXXXXX, portadora do CNPJ nº XXXXXXXXXXXX, contato: XXXXXXXX, E-mail: [XXXXXXXXXX](#) doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **XXXXXXXXXXXXX**, residente à XXXXXXXX, Bairro XXXXXXXX, Município de XXXXXX, Estado do XX, CEP XXXXXXXX, portador do Cadastro de Pessoa Física nº XXXXXXXXXXXX e Cédula de Identidade nº XXXXXXXX, convencionam e mutuamente estipulam o seguinte:

Cláusula Segunda: Do Objeto

2.1 Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços técnicos de arquitetura e/ou engenharia, de acordo com as especificações e quantidades abaixo relacionadas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QTDE GLOBAL DO CREDENCIA MENTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
***	*****	M ²	*****	*****	*****

Cláusula Terceira: Da vigência

3.1 O presente Termo de Credenciamento terá a vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que não hajam mais credenciados na espera e sejam atendidas as normas legais.

Cláusula Quarta: Da Execução do Objeto

4.1 Os serviços deverão ser executados conforme a necessidade, ficando a cargo do fiscal do Termo de Credenciamento a comunicação com o credenciado em contato informado no formulário de inscrição.

4.2 Os serviços deverão ser executados nas dependências da empresa credenciada ou em local por ela definido, sendo de sua inteira responsabilidade dispor de todos os equipamentos, materiais e recursos necessários à execução das atividades. Caberá à credenciada, ao final, encaminhar à credenciante os materiais e arquivos produzidos, conforme as especificações e prazos estabelecidos.

4.3 Materiais a serem entregues:

4.3.1 Modelos BIM nos formatos nativos e IFC, garantindo interoperabilidade entre plataformas e compatibilidade interdisciplinar;

4.3.2 Desenhos técnicos em DWG, PDF e arquivo nativo, contendo plantas, cortes, fachadas e detalhamentos necessários;

4.3.3 Memoriais descritivos e quantitativos, extraídos diretamente da modelagem BIM, garantindo confiabilidade nas estimativas orçamentárias;

4.3.4 Relatórios de compatibilização e detecção de interferências, quando aplicável e solicitado pela credenciante;

4.3.5 Todos os projetos deverão atender à norma ABNT NBR 9050, contemplando:

- a) rampas, elevadores e banheiros adaptados;
- b) sinalização tátil e espaços acessíveis;
- c) disposição adequada de portas, corredores, tomadas e interruptores

4.4 O material de entrega, deverá ser enviado para o IDEPPLAN, na Prefeitura Municipal de Apucarana: Rua Professor Erasto Gaertner, nº 25 – Centro, Apucarana/PR.

4.5 A credenciada deverá atender integralmente às normas técnicas da ABNT, legislação municipal, estadual e federal, bem como regulamentos ambientais vigentes.

4.6 Os prazos para conclusão dos projetos descritos, deverão respeitar o seguinte:

Atividade técnica	Prazos por faixa de área do projeto (em dias corridos)			
	Até 200 m ²	De 201 a 600 m ²	De 601 a 1.200 m ²	Acima de 1.200 m ²
Arquitetônico				
Executivo	20	30	60	60
Hidrossanitário	20	30	60	60
Prevenção de Incêndio	60	60	60	120
Elétrica Baixa tensão	20	30	60	60

Projeto Executivo de sinalização viária	20	30	60	60
Estrutural concreto armado	20	30	60	60
Projeto executivo de drenagem	20	30	60	60
Projeto executivo de pavimentação asfáltica	20	30	60	60

4.7 Caso seja verificada insuficiência no prazo estipulado, o credenciado podera formalizar pedido de prorrogação com justificativa plausível, para apreciação e decisão por parte dos responsáveis.

4.8 Após entregues, os projetos passarão por revisão pela equipe técnica do Município de Apucarana, podendo ser solicitado ajustes, correções e/ou alterações conforme necessidade da administração, caso haja diligencias de correção nos projetos, a empresa terá o prazo de 10 dias para fazer as correções, podendo ser solicitado correções por no maximo 2 vezes, sendo vedada a recobrança dos serviços de adequação.

4.9 Caso não seja possível a realização na data assinalada, o credenciado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Cláusula Quinta: Da Propriedade Intelectual, Responsabilidade Técnica e Direitos Autorais

5.1 Todo projeto, estudo, laudo técnico, parecer, memorial ou qualquer outro documento elaborado no âmbito deste credenciamento será de responsabilidade exclusiva do profissional credenciado, que deverá emitir a respectiva anotação de responsabilidade técnica (ART) ou registro de responsabilidade técnica (RRT), conforme seu conselho profissional (CREA ou CAU), assumindo integralmente a autoria e a responsabilidade técnica pelos serviços prestados.

5.2 Os direitos patrimoniais de autor relativos aos produtos técnicos elaborados no âmbito deste termo de credenciamento serão integralmente cedidos à Administração Pública Municipal, de forma total, irrevogável e irretratável, para qualquer forma de utilização atual ou futura, conforme dispõe a Lei nº 9.610/1998.

5.3 É vedada ao profissional credenciado a reutilização, comercialização, reprodução ou exploração econômica dos documentos técnicos elaborados no âmbito deste termo de credenciamento, sem autorização expressa da administração.

5.4 Será permitida, mediante comunicação prévia, a utilização dos projetos ou documentos técnicos para fins acadêmicos, demonstração de portfólio profissional ou comprovação de experiência técnica, desde que sem fins comerciais e sem prejuízo à imagem, à confidencialidade ou ao interesse público da administração.

Cláusula Sexta: Do Valor e das Despesas

6.1 O valor total do Termo de Credenciado é de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxx).

6.1.1 O credenciante se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba prevista.

6.2 As despesas decorrentes da execução objeto deste Termo de Credenciamento, serão saldadas com recursos provenientes da rubrica orçamentária nº:

MANUTENÇÃO DO IDEPLAN - 2078			
Sub-elemento - descrição		Vínculo	Referência
3339039050000000000	Serviços técnicos profissionais	001 – Recursos do Tesouro (Descentralizados)	452

Cláusula Sétima: Das Obrigações

Do Credenciado

7.1 Executar os termos do instrumento contratual em conformidade com as especificações básicas constantes do edital;

7.2 O profissional credenciado deverá emitir, para cada projeto ou serviço executado, a documentação de responsabilidade técnica correspondente, sendo a ART para Engenheiros e a RRT para Arquitetos, conforme as normas dos respectivos conselhos de classe. A emissão e os custos dessa documentação são de responsabilidade exclusiva do credenciado, sem qualquer ônus para a administração;

7.3 Responder por quaisquer prejuízos que vier a causar ao patrimônio da administração contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

7.4 Manter, durante o período de vigência do credenciamento e do Termo de Credenciamento, todas as condições que o ensejaram, em especial no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional, quando couber;

7.5 Justificar a administração contratante eventuais motivos de força maior que impeçam a realização do serviço, objeto do Termo de Credenciamento, apresentando novo cronograma para a assinatura de eventual termo aditivo para alteração do prazo de execução;

- 7.6** Responsabilizar-se integralmente pela execução do Termo de Credenciamento, nos termos da legislação vigente, sendo-lhe proibida a subcontratação do objeto;
- 7.7** Manter disciplina nos locais dos serviços, quando for o caso, retirando imediatamente após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela administração;
- 7.8** Conduzir os trabalhos em harmonia com as atividades da administração e, de modo a não causar transtornos ao andamento normal de seus serviços, quando for o caso;
- 7.9** Manter as informações e dados do órgão ou entidade contratante em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, ficando proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio, obrigando-se, ainda, a efetuar a entrega para a contratante de todos os documentos envolvidos, em ato simultâneo à entrega do relatório final ou do trabalho contratado;
- 7.10** Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação;
- 7.11** Cadastrar-se e manter-se em situação regular junto ao sicafe ou possuir todas as condições de habilitações durante toda a vigência do termo de credenciamento;
- 7.12** Acatar as recomendações da fiscalização do contratante, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;
- 7.13** Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;
- 7.14** Elaborar, sempre que solicitado, memoriais descritivos, memoriais de cálculo, relatórios técnicos, estimativas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, estudos de viabilidade, croquis, mapas, plantas e demais documentos técnicos necessários à caracterização, à instrução e ao acompanhamento dos projetos sob sua responsabilidade, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e as diretrizes estabelecidas pela administração.
- 7.15** Manter durante a execução do termo de credenciamento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na inscrição.

Da credenciante

- 7.16** Acompanhar e fiscalizar o Termo de Credenciamento por 1 (um) ou mais fiscais do Termo, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no Art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição;
- 7.17** Proporcionar todas as condições necessárias, para que o credenciado contratado possa cumprir o estabelecido no Termo de Credenciamento;
- 7.18** Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitados pelo credenciado;

7.19 Fornecer os meios necessários à execução, pelo credenciado, dos serviços objeto do Termo de Credenciamento.

7.20 Garantir o acesso a permanência dos credenciado nas dependências dos órgãos ou entidades contratantes, quando necessário para a execução do objeto do termo de credenciamento;

7.21 Efetuar os pagamentos pelos serviços prestados, dentro dos prazos previstos no termo de credenciamento, no edital de credenciamento e na legislação.

Cláusula Oitava: Do Descredenciamento

8.1 Nos termos do art. 23 do Decreto Federal nº 11.878/2024, a credenciante poderá realizar o descredenciamento quando houver:

- I – pedido formalizado pelo credenciado;
- II – perda das condições de habilitação de credenciado;
- III – descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e
- IV – sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

§ 1º O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I do **caput** não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

§ 2º Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do **caput**, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

§ 3º Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

§ 4º Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

Cláusula Nona: Cláusulas Gerais

9.1 De acordo com o art. 289 do Decreto Municipal 936/2023, os contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos às penalidades descritas no Artigo 156º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021

9.2 Os casos omissos serão regulados pelos preceitos do direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do Art. 92, inciso III da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024.

9.3 Demais condições gerais e de execução encontram-se definidas no Edital de Credenciamento.

Cláusula Décima: Do Foro

10.1 As partes elegem o Foro da Comarca de Apucarana para dirimir toda e qualquer questão pertinente ao presente negócio, renunciando a quaisquer outros por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o contrato em 04 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas, a todo o ato presentes, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Município de Apucarana, XX de XXXXXX de xxxxxx.

Prefeitura do Município de Apucarana
Rodolfo Mota

XXXXXXXXXX

Gestor do Termo de Credenciamento
Nilton Antonio Fornaciari Junior

Fiscal Administrativo do Termo de
Credenciamento
Thiago Henrique Bernardi

Fiscal Técnico do Termo de
Credenciamento
Hugo Candido Navarro